

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR
EROULTHS CORTIANO JUNIOR

Coordenadores

Prefácio

Gustavo Tepedino
Eroulths Cortiano Junior

TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO PRIVADO
NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

ESTUDOS EM HOMENAGEM A LUIZ EDSON FACHIN

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2019

© 2019 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Brito	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabricao Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

T772	<p>Transformações no Direito Privado nos 30 anos da Constituição: estudos em homenagem a Luiz Edson Fachin / Marcos Ehrhardt Júnior, Eroulths Cortiano Junior (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2019.</p> <p>805p.; 17cm x 24cm ISBN: 978-85-450-0562-9</p> <p>1. Direito Civil. 2. Direito Empresarial. 3. Direito Privado. 4. Direito do Consumidor. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Cortiano Junior, Eroulths III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 342.1 CDU 347</p>
------	--

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CORTIANO JUNIOR, Eroulths (Coord.). *Transformações no Direito Privado nos 30 anos da Constituição: estudos em homenagem a Luiz Edson Fachin*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 805p. ISBN 978-85-450-0562-9.

113 4943

SUMÁRIO

PREFÁCIO

L. E. FACHIN, O DIREITO CIVIL E A CONSTITUIÇÃO

Gustavo Tepedino, Eroulths Cortiano Junior 21

APRESENTAÇÃO

Marcos Ehrhardt Júnior, Eroulths Cortiano Junior 23

PARTE I

INTRODUÇÃO

A METODOLOGIA DO DIREITO CIVIL NO PENSAMENTO
DE LUIZ EDSON FACHIN**CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK**..... 27

- 1 À guisa de introdução – Premissas epistemológicas para a compreensão da metodologia do direito civil na obra de Luiz Edson Fachin 27
- 2 Norma, fato e sistema..... 28
- 3 Conceitos, ductibilidade e instrumentalidade31
- 4 Relevância das dimensões axiológica e funcional 32
- 5 Tríplice constitucionalização 34

PARTE II

ENTRE O SUJEITO E A PESSOA NAS RELAÇÕES PRIVADAS

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA RESSIGNIFICADO
A PARTIR DO DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO**PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA** 39

- 1 Introdução..... 39
- 2 Os desafios do direito privado hoje 41
- 3 Direito civil constitucional prospectivo e a resignificação do princípio da dignidade da pessoa humana..... 43
- 4 Conclusão..... 51
- Referências..... 52

DILEMAS E DESAFIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA NAS SITUAÇÕES JURÍDICAS EXISTENCIAIS

PAULA MOURA FRANCESCONI DE LEMOS PEREIRA,	
THAMIS ÁVILA DALSENTER VIVEIROS DE CASTRO 55	
	Introdução..... 55
1	A autonomia existencial e a insuficiência do conceito tradicional de segurança jurídica 56
2	Segurança jurídica e interpretação 60
3	Desafios para a construção da segurança jurídica nas situações jurídicas existenciais 62
	Considerações finais..... 71
	Referências 72

REPENSANDO SOBRE AS PESSOAS E O ESTATUTO JURÍDICO DO SER

JUSSARA MARIA LEAL DE MEIRELLES 75	
1	Introdução..... 75
2	Gestação de substituição76
3	Embriões humanos de laboratório..... 78
4	O ser e o ter 79
5	“Com a cabeça nas nuvens, mas os pés no chão” 80
6	Crítica ao regime de incapacidades 81
7	Pessoa com deficiência 83
8	Considerações finais 84
	Referências..... 85

ESTATUTO JURÍDICO DO NASCITURO: A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO DE CONCEPÇÃO EM FACE DOS EMBRIÕES *IN VITRO*

PATRICIA FERREIRA ROCHA, RODOLFO PAMPLONA FILHO 87	
1	Introdução..... 87
2	O nascituro perante a ordem jurídica..... 88
3	Os reflexos da reprodução humana assistida na delimitação da figura do nascituro..... 90
4	A necessidade da construção de um conceito jurídico de concepção em face dos embriões <i>in vitro</i> 94
5	Conclusão..... 100
	Referências.....101

MERCADO, PESSOA HUMANA E TECNOLOGIAS: A INTERNET DAS COISAS E A PROTEÇÃO DO DIREITO À PRIVACIDADE

CAITLIN SAMPAIO MULHOLLAND 103	
1	O direito civil constitucional, a proteção da pessoa humana e sua tutela frente às novas tecnologias103
2	O caso da televisão que espionava: dados e dignidade106
3	A internet das coisas (IoT) e os bens inteligentes108

4	O direito da privacidade e o direito à proteção de dados	110
5	A regulação da IoT e a tutela da privacidade	112
6	Conclusão	114
	Referências	115

DIREITO AO ESQUECIMENTO E O *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM*: OS EFEITOS DA AUTOEXIBIÇÃO NA ERA DIGITAL

TATIANE GONÇALVES MIRANDA GOLDHAR	117	
1	Introdução	117
2	A erosão do direito à privacidade na era digital	118
3	O direito ao esquecimento no caso de autoexibição e efeitos na responsabilidade civil	124
4	Conclusão	132
	Referências	133

DIREITO DE ARENA: VACILAÇÕES E PERSPECTIVAS

ELIMAR SZANIAWSKI	137	
1	Introdução	137
2	Noções sobre a categoria jurídica do direito à própria imagem	138
2.1	A consolidação da tutela do direito à imagem pelos tribunais brasileiros	140
3	Noções sobre a categoria jurídica do direito de arena	144
3.1	A consolidação da tutela do direito de arena pelos tribunais brasileiros	146
4	Conclusão	149
	Referências	150

REFLEXÕES SOBRE A AUTONOMIA DA VONTADE E A INTERDISCIPLINARIDADE NA MEDIAÇÃO

ÁGUIDA ARRUDA BARBOSA, FERNANDA TARTUCE	151	
1	Introdução	151
2	Relevância do tema	152
3	Autonomia da vontade como princípio informador da mediação	152
4	Autonomia da vontade e conhecimento interdisciplinar do mediador	154
5	Mediação judicial e autonomia da vontade	158
	Referências	160

O RECONHECIMENTO JURÍDICO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA TRANSEXUALIDADE: ENTRE OURIÇOS E RAPOSAS

JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES, ANA PAOLA DE CASTRO E LINS	163	
1	Introdução	163
2	Identidade pessoal como direito fundamental: a emergência de uma compreensão dinâmica sob a lente do observador “raposa”	164
3	Identidade de gênero e a jurisprudência brasileira: a passagem do ouriço à raposa	167

3.1	<i>E agora, José?</i> Quando a pessoa <i>trans</i> bate à porta dos cartórios – Entre ouriços e raposas.....	175
3.2	Limites externos à autodeterminação em matéria de identidade de gênero: CNJ e corregedorias de justiça dos estados.....	178
4	Conclusão.....	179
	Referências.....	180

“OS PRINCÍPIOS” DA AUTONOMIA NA TERMINALIDADE DA VIDA

CARLA MOUTINHO	183	
1	Introdução.....	183
2	Autonomia da vontade <i>vs.</i> autonomia privada.....	185
3	Autonomia do paciente.....	187
4	Conclusão.....	193
	Referências.....	194

DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORTE DIGNA

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA, PRISCILA DE CASTRO TEIXEIRA PINTO LOPES AGAPITO	197	
Introdução.....	197	
1	Conceito e escopo das diretivas antecipadas de vontade.....	198
2	Objeto das diretivas antecipadas de vontade e as necessárias distinções conceituais: eutanásia, ortotanásia, distanásia, suicídio assistido, mistanásia, mandato duradouro, testamento vital.....	199
3	Direito fundamental à morte digna como norma justificadora do respeito às diretivas antecipadas de vontade.....	204
4	Aplicação das diretivas antecipadas de vontade.....	207
5	Diretivas antecipadas de vontade elaboradas pela via do instrumento público: aspectos notariais	211
	Conclusão.....	213
	Referências.....	213

PARTE III

PATRIMÔNIO MÍNIMO E RELAÇÕES PRIVADAS

O PATRIMÔNIO MÍNIMO NA OBRA DE LUIZ EDSON FACHIN E SUA ABORDAGEM EM TRÊS TEMPOS: ESTATUTO EXISTENCIAL DA PESSOA HUMANA, TRÂNSITO JURÍDICO E TITULARIDADES

PAULO NALIN, HUGO SIRENA	221	
1	Apresentação e resgate da obra do homenageado.....	221
2	O nascer do sol: contextualizando o estatuto jurídico do <i>patrimônio mínimo</i>	222
3	O “meio-dia do estudo”: a hora em que as ideias mais brilham	224
4	O ocaso da tese: o “se por” para renascer.....	228
	Referências.....	229

**TRANSFORMAÇÕES NO CONCEITO JURÍDICO DE PATRIMÔNIO:
A CONTRIBUIÇÃO DE LUIZ EDSON FACHIN**

LUCIANA PEDROSO XAVIER, MARÍLIA PEDROSO XAVIER	231
1 Introdução.....	231
2 Entre o ser e o ter: os contornos do patrimônio.....	232
2.1 A gênese do conceito jurídico de patrimônio: a teoria clássica de Aubry e Rau	234
2.2 A ruptura da teoria objetiva do patrimônio.....	237
3 Contornos contemporâneos do patrimônio.....	241

**REFLEXÃO SOBRE OS MÍNIMOS: O DIÁLOGO CIVIL CONSTITUCIONAL
DA TEORIA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO COM A NOÇÃO DE MÍNIMO
EXISTENCIAL**

MELINA GIRARDI FACHIN, MARCOS ALBERTO ROCHA GONÇALVES	243
1 Introdução.....	243
2 Premissa: diálogos entre o civil e o constitucional e seus reflexos no campo de ser e ter	244
3 Para ser, ter: patrimônio como garante de um mínimo de dignidade	248
4 Patrimônio mínimo e mínimo existencial: disposições declaratórias e assecuratórias.....	252
5 Conclusão.....	257

**O PATRIMÔNIO MÍNIMO EXISTENCIAL: A PROTEÇÃO AOS BENS DOS
INDIVÍDUOS PARA ALÉM DOS BENS DE FAMÍLIA**

JOSÉ BARROS CORREIA JUNIOR, PAULA FALCÃO ALBUQUERQUE	259
Introdução.....	259
1 Os bens de família no ordenamento jurídico brasileiro	260
2 A repersonalização do direito civil e a dignidade humana	262
3 A proteção dos bens para além das famílias.....	267
Considerações finais.....	272
Referências.....	272

**A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL SOBRE O BEM DE FAMÍLIA
À LUZ DO ESTATUTO DO PATRIMÔNIO MÍNIMO**

DIMITRE BRAGA SOARES DE CARVALHO	275
1 Considerações iniciais sobre o bem de família	275
2 Das modalidades de bem de família previstas no ordenamento jurídico brasileiro: o bem de família voluntário e o bem de família involuntário.....	276
3 Bem de família e a teoria do patrimônio mínimo: uma construção jurisprudencial	278
3.1 Aplicação extensiva do conceito de bem de família para pessoas solteiras, separadas e viúvas.....	279
3.2 Da aplicação da Lei do Bem de Família para penhoras anteriores à sua vigência.....	280
3.3 Da aplicação da regra de bem de família nos casos de inventário/partilha.....	280
3.4 Ampliação do rol de bens protegidos pela impenhorabilidade	280

3.5	Mitigação do requisito da “moradia no imóvel” pela jurisprudência.....	281
3.6	Da legitimidade que os integrantes da entidade familiar residentes no imóvel protegido pela Lei nº 8.009/1990 possuem para se insurgirem contra a penhora do bem de família	281
3.7	Da impossibilidade de renúncia ao benefício do bem de família.....	282
3.8	Da vaga de garagem com matrícula própria.....	283
3.9	Da “flexibilização” do momento para arguição da impenhorabilidade do bem de família	283
3.10	Das exceções à impenhorabilidade do bem de família.....	284
3.11	Veículos, obras de arte e adornos suntuosos.....	284
3.12	Da abrangência da impenhorabilidade	284
3.13	Da possibilidade de penhora parcial do imóvel de alto valor	284
3.14	Dos créditos para construção do imóvel sobre o qual recai o bem de família	285
3.15	Da penhorabilidade nos casos de crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel.....	285
3.16	Penhora do bem de família pelo credor de pensão alimentícia	286
3.17	Não aplicação da impenhorabilidade ao bem imóvel que tenha sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens.....	287
3.18	Não incidência da impenhorabilidade nas hipóteses de cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas de condomínio e contribuições devidas em função do imóvel familiar	287
3.19	Possibilidade de execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar	288
3.20	A complexa questão da penhorabilidade do bem de família do fiador em contrato de locação	288
3.21	Da fraude na constituição do bem de família legal. Da anulação da venda ou da transferência da impenhorabilidade	289
3.22	Da aplicação do bem de família para residências familiares em imóvel rural.....	290
3.23	Da aplicação da regra da impenhorabilidade na hipótese de haver mais de um imóvel em nome da família.....	291
4	Conclusões	291
	Referências	292

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E O ESTATUTO JURÍDICO DO PATRIMÔNIO MÍNIMO: O CONTRIBUTO ESSENCIAL DE LUIZ EDSON FACHIN	
JOÃO RICARDO BRANDÃO AGUIRRE, CESAR CALO PEGHINI.....	
1	Expedição de premissas no ponto de partida
2	A funcionalização da propriedade na contemporaneidade.....
3	A garantia pessoal do patrimônio mínimo
4	Conclusão
	Referências

MÍNIMO EXISTENCIAL E TÉCNICAS DE SEGREGAÇÃO DO PATRIMÔNIO**CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO,****ROBERTA MAURO MEDINA MAIA** 309

1	Introdução.....	309
2	A função social exercida pelo bem como critério definidor de sua disciplina jurídica....	312
3	O bem de família e a garantia do mínimo existencial do devedor.....	314
4	O patrimônio de afetação e a garantia do mínimo existencial do adquirente.....	317
5	Conclusão.....	319
	Referências.....	321

PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO E PATRIMÔNIO MÍNIMO**MILENA DONATO OLIVA, PABLO RENTERIA** 323

1	Introdução. Dignidade humana e estatuto jurídico do patrimônio mínimo	323
2	O patrimônio de afetação a serviço do patrimônio mínimo	326
2.1	Conceito de patrimônio de afetação	326
2.2	Potencialidades do patrimônio de afetação para assegurar o mínimo existencial. Limitações do direito brasileiro.....	329
2.3	O exemplo das cláusulas de impenhorabilidade, incomunicabilidade, inalienabilidade e as vantagens do patrimônio de afetação.....	331
3	Conclusão.....	334
	Referências.....	335

DIREITO DAS SUCESSÕES E PATRIMÔNIO MÍNIMO**DANIEL BUCAR, DANIELE TEIXEIRA** 337

1	Nota introdutória.....	337
2	O direito da <i>saisine</i> no ordenamento jurídico brasileiro: travessia entre a abstração inoperante e a efetiva tutela civil-constitucional	338
2.1	A <i>saisine</i> no direito brasileiro; da ficta magnitude estrutural à instrumentalização funcional	338
2.2	A funcionalização do direito a <i>saisine</i> e o patrimônio mínimo: perspectivas legais, jurisprudenciais e o dever.....	342
3	O instituto da legítima no atual direito sucessório brasileiro: função, liberdade e solidariedade	343
3.1	Função da legítima	345
3.2	Solidariedade familiar e o patrimônio mínimo.....	347
4	Considerações finais.....	350
	Referências.....	351

PARTE IV
RELAÇÕES NEGOCIAIS PRIVADAS

FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO: ESTADO DA ARTE NOS QUINZE ANOS DE VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE LUIZ EDSON FACHIN

FLÁVIO TARTUCE, ALEXANDRE GOMIDE	357
Primeiras palavras. Importância do tema	357
1 Explicando o tratamento da função social do contrato no Código Civil de 2002.....	360
2 A dupla eficácia do princípio da função social do contrato	363
3 A eficácia interna da função social do contrato e a frustração do fim da causa.....	366
4 Vedação da onerosidade excessiva e função social do contrato. A redução da cláusula penal.....	372
5 Desvirtuamentos da função social do contrato	374
6 Descumprimento da função social do contrato. As contribuições de Luiz Edson Fachin	379
Referências	381

NOTAS SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CATEGORIA NEGÓCIO JURÍDICO AO MUNDO ATUAL

MARCOS BERNARDES DE MELLO	385
Preâmbulo.....	385
1 Introdução.....	385
2 Noções fundamentais relacionadas à teoria do fato jurídico	387
2.1 A geração da eficácia jurídica	387
2.2 A escolha do fato jurídico e de sua eficácia	387
2.3 A conceituação do fato jurídico	388
2.4 Classificação dos fatos jurídicos	389
2.4.1 A doutrina tradicional.....	389
2.4.2 A classificação segundo o cerne do suporte fático	390
3 O conceito clássico de negócio jurídico	391
4 Uma revisão (necessária) do conceito clássico de negócio jurídico	392
4.1 A necessidade de atualização dos conceitos jurídicos	392
4.2 A inconsistência científica da concepção clássica de negócio jurídico. A desatualização da concepção clássica de negócio jurídico	393
4.3 O equívoco contido na concepção clássica de negócio jurídico	394
4.4 A correção de Pontes de Miranda do conceito de negócio jurídico.....	394
5 Há inadequação da espécie negócio jurídico ao mundo atual?.....	395
5.1 Considerações gerais.....	395
5.2 As objeções à adequação do negócio jurídico aos padrões atuais	395
6 Conclusões	398
Referências.....	399

NEGÓCIO JURÍDICO E INTERESSE PÚBLICO: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA OBRA DE LUIZ EDSON FACHIN

ROSALICE FIDALGO PINHEIRO, MARCELO CONRADO	401
Introdução.....	401
1 “Novo conceito de ato e negócio jurídico” na obra de Luiz Edson Fachin.....	402
2 O negócio jurídico e sujeito de direito: a supremacia dos interesses privados.....	406
3 Negócios jurídicos de direitos autorais: supremacia dos interesses públicos?	410
Considerações finais.....	415
Referências.....	417

O DIREITO CONTRATUAL E A MARCHA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO ENTRE OURIÇOS E RAPOSAS

GERALDO FRAZÃO DE AQUINO JR.	419
1 Considerações iniciais.....	419
2 Constitucionalização do direito contratual	422
3 Crise na teoria contratual	429
4 Considerações finais.....	437
Referências.....	438

O PARADIGMA PÓS-POSITIVISTA E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

DANILO RAFAEL DA SILVA MERGULHÃO	441
1 Prolegômenos	441
2 Da necessária mudança de paradigma do sistema contratual	444
3 Conclusão.....	449
Referências.....	450

CUMULAÇÃO DAS ARRAS COM A CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA E OS PRINCÍPIOS SOCIAIS DOS CONTRATOS

RODRIGO TOSCANO DE BRITO	451
1 Notas introdutórias	451
2 Princípios sociais dos contratos.....	452
2.1 Um breve panorama sobre o princípio da função social dos contratos.....	453
2.2 Princípio da equivalência material: a necessidade de manutenção do equilíbrio objetivo do contrato em todas as suas fases	458
3 Equilíbrio contratual como fio condutor da análise sobre a impossibilidade de cumulação das arras com a cláusula penal compensatória como regra geral.....	460
4 Conclusões.....	467
Referências.....	468

PARTE V
DIREITO DE DANOS E TITULARIDADES

**A REPERSONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E SUAS REPERCUSSÕES
NA RESPONSABILIDADE CIVIL**

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA, GISELA SAMPAIO DA CRUZ GUEDES.....	473
1 Introdução.....	473
2 Crítica ao caráter punitivo do dano extrapatrimonial.....	477
3 As novas fronteiras do dano indenizável	481
4 A despatrimonialização da reparação do dano moral.....	485
5 A tutela do patrimônio mínimo e o parágrafo único do art. 928	488
6 Conclusão.....	490
Referências.....	492

**O ESTATUTO JURÍDICO DO PATRIMÔNIO MÍNIMO E A MITIGAÇÃO
DA REPARAÇÃO CIVIL**

MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO, CÍNTIA MUNIZ DE SOUZA KONDER	495
1 Introdução.....	495
2 A consagração do princípio da reparação integral do dano e sua posterior exceção. A interpretação jurisprudencial do art. 944, parágrafo único, do Código Civil.....	495
3 A tutela jurídica do patrimônio mínimo como legítimo critério para a redução equitativa da reparação.....	503
4 Conclusão.....	507
Referências.....	508

**A TEORIA CRÍTICA DO DIREITO CIVIL E A RESPONSABILIDADE CIVIL
POR DANOS EXISTENCIAIS**

MÁRIO LUIZ DELGADO REGIS, ROMUALDO BAPTISTA DOS SANTOS.....	511
Notas introdutórias	511
1 Breve relato sobre a teoria crítica do direito civil.....	512
1.1 Pessoa e relação jurídica: crítica ao conceitualismo e ao excesso de abstração	512
1.2 Centralidade da pessoa humana e força normativa da Constituição	514
2 A responsabilidade civil como instrumento de efetivação da tutela da pessoa humana.....	515
2.1 Reparação de danos morais para tutela da pessoa humana.....	515
2.2 Alinhamento da responsabilidade civil à tutela constitucional da pessoa humana pela via dos direitos da personalidade	516
2.3 Natureza jurídica dos danos morais em sentido amplo.....	517
3 Dano existencial.....	520
Conclusões.....	525
Referências.....	526

RESPONSABILIDADE CIVIL POR VIOLAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO

ANDERSON SCHREIBER	529
1 Introdução.....	529
2 O que é direito ao esquecimento? Crítica à posição do STJ	531
3 Análise dos pressupostos da responsabilidade civil	535
4 A colisão entre direito ao esquecimento e liberdade de informação	538
5 Reparação do dano	540
6 Conclusão.....	541
Referências.....	542

A RESTITUIÇÃO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA COMO INSTRUMENTO DE RECOMPOSIÇÃO DO ERÁRIO

MARIA CANDIDA DO AMARAL KROETZ	545
1 Introdução.....	545
2 O enriquecimento sem causa	546
3 O enriquecimento ilícito	548
4 A restituição do enriquecimento sem causa como instrumento de recomposição do erário	551
5 Conclusão.....	556
Referências.....	557

A FUNÇÃO SOCIAL DA POSSE: TRINTA ANOS DEPOIS

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR.	559
RODRIGO XAVIER LEONARDO	559
1 Introdução: dois vértices e um mesmo autor	559
2 A função social da posse e o jovem escritor	559
3 A posse em Pontes de Miranda e o escritor em sua maturidade	562
4 Os trinta anos da função da posse e a projeção social: doutrina, jurisprudência e política legislativa. Um furo no futuro?	565
Referências.....	568

O DIREITO DE LAJE E A TRIDIMENSIONALIDADE DA PROPRIEDADE

NELSON ROSENVALD	571
1 A desconexão entre as propriedades e o novo mercado.....	572
2 O direito fundamental de propriedade como garantia	573
3 O direito fundamental à propriedade como acesso	576
4 A função social da(s) propriedade(s)	580
5 O direito real de laje como nova manifestação de propriedade.....	586
6 A inserção da laje na tridimensionalidade da propriedade	590
7 Conclusão.....	591
Referências.....	592

TITULARIDADE DE TERRAS RURAIS POR EMPRESAS DE CAPITAL
ESTRANGEIRO E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

KLEBER LUIZ ZANCHIM, LUCIANO DE SOUZA GODOY	595
1 Introdução.....	595
2 O problema	596
2.1 A Lei nº 5.709/71 e o Parecer AGU nº LA-01/2010.....	596
3 O tema no STF: ADPF nº 32 e ACO nº 2.463.....	598
4 Titularidade e poder no agronegócio: relevância e relativização	599
5 Empresa de capital estrangeiro e a função social do imóvel rural	600
6 Função social do imóvel rural e desvio de finalidade do Parecer AGU nº LA-01	602
7 Considerações finais.....	604
Referências.....	605

PARTE VI
FAMÍLIAS E SUCESSÕES

FAMÍLIA APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988: TRANSFORMAÇÕES, SENTIDOS
E FINS

HELOISA HELENA BARBOZA, VITOR ALMEIDA	609
Introdução.....	609
1 Transformações: a família antes de 1988.....	611
2 Sentidos: famílias, multiculturalismo e diversidade	615
3 Fins: limites e recomeço.....	622

AUTONOMIA PRIVADA NAS RELAÇÕES FAMILIARES: DIREITOS DO ESTADO
E ESTADO DOS DIREITOS NAS FAMÍLIAS

RENATA VILELA MULTEDO, ROSE MELO VENCELAU MEIRELES	625
1 Introdução.....	625
2 Autonomia privada e regulação das relações familiares não patrimoniais.....	627
3 Autonomia privada e relações parentais	631
4 Considerações finais.....	634

FILIAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO: DA PATERNIDADE
PRESUMIDA À REPERCUSSÃO GERAL Nº 622 DO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL

ANA CARLA HARMATIUK MATOS, JACQUELINE LOPES PEREIRA	637
Introdução.....	637
1 Estado da arte do direito de filiação no ordenamento jurídico brasileiro	638
2 Ascendência genética <i>versus</i> paternidade socioafetiva	645
Conclusão: desafios que se anunciam ao direito de filiação.....	651
Referências.....	652

FILIAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO: RESSIGNIFICAÇÃO A PARTIR DA POSSE DE ESTADO E DA SOCIOAFETIVIDADE

RICARDO CALDERÓN	655
1 O legado do homenageado em uma categoria central do direito de família	655
2 Filiação à luz do Código Civil de 1916.....	656
3 Posse de estado de filho	656
4 Leitura jurídica da afetividade	660
5 Direito de filiação x direito ao conhecimento da ascendência genética	663
6 Multiparentalidade.....	665
7 Registro extrajudicial da filiação socioafetiva.....	667
8 Considerações finais	667
Referências.....	668

DE VOLTA À FILHA DAS ESTRELAS: CONHECIMENTO DAS ORIGENS E REPRODUÇÃO ASSISTIDA

ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA, CARLOS NELSON KONDER	671
1 Introdução.....	671
2 Filiação na contemporaneidade: entre inovação e tradição	673
3 Do direito à filiação ao direito a conhecer as próprias origens: tornando-se sujeitos de sua própria história.....	674
4 Arquiteturas da procriação: as técnicas de reprodução assistida.....	676
5 As novas imagens sem rosto: doadores de sêmen, óvulos e embriões, gestantes substitutas e “beneficiários da técnica”	679
6 Conclusão.....	683
Referências.....	685

O INSTITUTO DA FILIAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL: TRANSFORMAÇÕES E PERSPECTIVAS DIANTE DA MULTIPARENTALIDADE

CAMILA BUARQUE CABRAL, KARINA BARBOSA FRANCO	689
Introdução.....	689
1 O instituto da filiação e suas transformações	690
2 Atuais contornos do instituto da filiação.....	693
2.1 A exigência da afetividade	696
3 Multiparentalidade: avanços no reconhecimento da parentalidade socioafetiva.....	699
3.1 A tese de Repercussão Geral nº 622 do STF.....	699
Conclusão.....	705
Referências.....	706

OS ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS NO DIREITO BRASILEIRO: INADMISSIBILIDADE POR AUSÊNCIA DE FONTE LEGAL E INCOMPATIBILIDADE DE FUNÇÃO

GUSTAVO TEPEDINO, PAULA GRECO BANDEIRA	709
1 Introdução.....	709

2	Alimentos civis: função e pressupostos de incidência no direito brasileiro	711
3	Alimentos compensatórios: inadmissibilidade por ausência de fonte legal e incompatibilidade de função	713
4	Conclusão.....	718

USUCAPIÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO (OU DISTORÇÃO) DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

CATARINA ALMEIDA DE OLIVEIRA,

MARIA RITA DE HOLANDA S. OLIVEIRA	721
Introdução.....	721
1 Considerações gerais sobre usucapião como forma de aquisição e perda da propriedade imóvel no direito brasileiro.....	722
2 Inércia do proprietário como renúncia presumida ao direito de propriedade sobre imóvel.....	725
3 Usucapião familiar como forma de perda da meação sobre imóvel de moradia da família	726
4 Abandono do lar e não da propriedade, como requisito para usucapião.....	728
5 Abandono de lar e direito real de habitação.....	729
6 Culpa nas relações de família	730
7 Usucapião familiar como punição pelo abandono do lar e a violação do direito de romper a relação conjugal – Autonomia da vontade	732
8 Tendência a afastar a discussão sobre a culpa no direito de família contemporâneo e a incoerente usucapião por abandono do lar	732
Notas conclusivas	734
Referências.....	734

PESSOA IDOSA: UM NOVO SUJEITO E A TUTELA JURÍDICA DOS SEUS INTERESSES NAS RELAÇÕES FAMILIARES

ANA LUIZA MAIA NEVARES, VIVIANE GIRARDI	737
1 A longevidade e o envelhecimento no Brasil	737
2 Envelhecimento e a emergência de um novo sujeito de direitos: vulnerabilidade e autonomia	738
3 A proteção do idoso nas relações familiares	739
3.1 As diretivas antecipadas de vontade.....	740
3.2 A curatela segundo o melhor interesse do idoso.....	742
3.3 Tomada de decisão apoiada	745
3.4 A obrigação alimentar solidária	747
3.5 Outras esferas de proteção do idoso nas relações familiares: <i>de lege ferenda</i>	748
4 Conclusão.....	750
Referências.....	750

AS NORMAS APLICÁVEIS ÀS RELAÇÕES PATRIMONIAIS ADVINDAS DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELLECTUAL E A PROTEÇÃO DE SEUS INTERESSES

CLÁUDIA STEIN VIEIRA, DÉBORA VANESSA CAÚS BRANDÃO	753
1 A tutela da pessoa com deficiência no direito brasileiro: enxergar o outrora invisível	753
2 O direito de a pessoa com deficiência mental/intelectual constituir família, pelo casamento ou pela união estável: da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	754
3 As consequências patrimoniais decorrentes do casamento/união estável da pessoa com deficiência mental/intelectual	756
4 Conclusão.....	759
Referências.....	763

DIÁLOGOS: O DIREITO DAS SUCESSÕES E OS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DE DIREITO CIVIL

EROLTHS CORTIANO JUNIOR, ANDRÉ LUIZ ARNT RAMOS	765
Introdução.....	765
1 Projeto parental. Ou: a ruidosa sucessão <i>legítima</i> ante ao eudemonismo nas famílias	767
2 Titularidades: perspectivas da sucessão <i>ab intestato</i> segundo a função social da posse e a propriedade contemporânea.....	770
3 Contrato: <i>uma expressão de autonomia da pessoa no espaço de certa liberdade</i>	772
4 Um direito complexo, um espaço privilegiado de diálogo	774
Referências.....	775

OS PACTOS SUCESSÓRIOS ONTEM E HOJE: UMA LEITURA À LUZ DA TEORIA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO DE LUIZ EDSON FACHIN

JOSÉ FERNANDO SIMÃO	777
1 Introdução.....	778
2 As reflexões de outrora	778
2.1 A denominação <i>pacta corvina</i>	778
2.2 Notas históricas.....	779
2.2.1 Notas sobre o direito romano	779
2.2.2 Notas sobre as Ordenações Filipinas e a Consolidação das Leis Civis.....	779
2.3 Razões de ser da vedação aos <i>pacta corvina</i>	782
3 As reflexões do presente. O diálogo necessário.....	785
4 Nota conclusiva	787
Referências.....	788

POSFÁCIO

QUAIS OS DESAFIOS PARA O DIREITO PRIVADO BRASILEIRO NOS
PRÓXIMOS ANOS?

Marcos Ehrhardt Júnior..... 791

SOBRE OS AUTORES..... 795